

## **A FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS JOVENS**

Crislaine Cassiano Drago  
Dante Henrique Moura

### **RESUMO**

O presente trabalho analisa a importância atribuída à educação profissional pelos estudantes e docentes do Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Campus Macapá. A pesquisa fundamentou-se no materialismo histórico dialético, por meio de uma abordagem qualitativa, delineada como um estudo bibliográfico e empírico. O estudo bibliográfico fundamentou-se em autores que abordam sobre o EMI e a educação profissional. A pesquisa empírica utilizou-se da aplicação de questionários semiestruturados a estudantes e docentes atuantes no EMI do IFAP/Campus Macapá. Os resultados mostraram que, para os sujeitos, a importância da formação profissional se deve à uma eventual garantia de acesso ao mercado de trabalho, além de preparar melhor o estudante para o ingresso no ensino superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Profissional, Ensino Médio Integrado, Formação no Ensino Médio, Educação Básica e Profissional.

## **THE VOCATIONAL PROFESSIONAL OF INTEGRATED HIGH SCHOOL STUDENTS AND THE RELEVANCE OF PROFESSIONAL EDUCATION FOR YOUNG PEOPLE**

### **ABSTRACT**

This work analyzes the relevance students in High School accord to the Vocational Professional Education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá (IFAP) – Campus Macapá. This research is based on the dialectical and historical materialism. It has a qualitative approach outlined by a bibliographical and empirical study. This study is based on authors that approach the Vocational Professional Education. The empirical research used semi-structured questionnaires with students and the faculty at the Vocational Professional High School at the IFAP/Campus Macapá. Results show that, for the subjects, the importance of a vocational professional formation is due to the following guarantee to start at the world of work. Besides, it better prepares students for superior education.



**KEYWORDS: Vocational Professional Education, Vocational Professional High School Education, Basic and Vocational Professional Education.**

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado se trata de um recorte de uma pesquisa mais ampla, que resultou na dissertação de mestrado intitulada “Concepções de formação humana nas políticas de educação profissional e sua materialidade no ensino médio integrado do Instituto Federal do Amapá” (DRAGO, 2018). Como o próprio título já diz, a pesquisa buscava analisar quais as concepções de formação humana que se encontravam presentes na legislação e nos documentos orientadores das ações constituintes da política de Educação Profissional (EP) e de que forma estas se materializavam no cotidiano de gestores, equipe pedagógica, docentes e estudantes, sujeitos atuantes no Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal do Amapá (IFAP) - Campus Macapá.

Por se tratar de uma pesquisa ampla, que bordava várias nuances de um contexto complexo, optou-se por realizar neste trabalho um recorte que tem como objetivo analisar qual a importância atribuída pelos docentes e estudantes à formação profissional recebida pelos alunos do EMI do IFAP/*Campus* Macapá. Sendo esta uma das temáticas constantes nos questionários aplicados aos participantes do estudo, estes se manifestaram externando suas percepções a respeito do papel e do significado da educação profissional na formação dos sujeitos.

Compreende-se que os processos educacionais e de formação profissional se encontram historicamente situados em um contexto político, econômico e social gerado e alimentado pelos sistemas de regulação econômica forjados no interior do sistema capitalista. Assim, as políticas de formação dos jovens e adultos trabalhadores são resultantes das demandas suscitadas por um lado, pela necessidade de formação mão de obra para a ocupação de postos de trabalho no mercado e, por outro, pela necessidade de qualificação e formação crítica e emancipatória da classe trabalhadora.

Ao analisar as mudanças socioeconômicas ocorridas na sociedade brasileira dos anos 2000 e suas implicações para o trabalho e para a educação, Moura (2013) afirma que existem pelo menos dois projetos societários em disputa: um hegemônico, cuja centralidade está na dimensão econômica e outro contra hegemônico, que tem sua centralidade nos seres humanos e nas suas relações com a natureza.

Neste sentido, no contexto brasileiro mais recente, a política de educação profissional implementada no início dos anos 2000, durante o governo do então presidente Lula (PT), trouxe em seu bojo o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a implantação dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI), possibilitando a democratização do acesso à formação profissional integrado à educação básica em todos os estados brasileiros.

Assim, a fim de se elucidar qual a importância atribuída à educação profissional na formação dos estudantes do EMI, segundo os próprios discentes e seus docentes, este trabalho relata a pesquisa realizada e seus resultados. O artigo encontra-se dividido em seis seções, sendo a primeira Introdução, a segunda a Revisão Bibliográfica, a terceira a Metodologia, a quarta os Resultados e Discussões, a quinta as Conclusões e, por fim, as Referências utilizadas.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Abordar a respeito da importância atribuída à EP na formação dos estudantes do EMI requer, em primeiro lugar, que se compreenda o processo histórico no qual se desenvolveu a educação profissional brasileira, assim como as relações estabelecidas entre EP e educação básica. De acordo com Manfredi (2002), a EP está presente no Brasil desde a predominância dos povos indígenas que aliavam as práticas educativas em geral e a preparação das novas gerações para o trabalho nas atividades cotidianas de socialização e convivência.

Estes costumes integravam o saber dos antepassados (conhecimento mítico) com a experiência prática dos mais velhos (conhecimento empírico), construindo assim, na convivência das gerações mais novas com as mais antigas, os saberes das novas gerações. Para a autora, “as práticas indígenas se constituíam em “um processo de educação profissional que integrava (e ainda integra) “saberes” e “fazeres” mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade” (MANFREDI, 2002. P. 67).

Mais adiante, já no período colonial, baseado no modo de produção escravista, predominaram as práticas formativas no próprio local de trabalho, voltadas exclusivamente para esta função. Destacam-se as iniciativas educativas dos jesuítas que tornaram suas “escolas oficinas”, os primeiros centros de formação profissional dos artesãos e demais ofícios na colônia (MANFREDI, 2002).

O aumento da produção manufatureira ocorrida a partir da metade do século XIX fomentou a criação de sociedades, basicamente de cunho assistencialista, que realizava ações de “proteção” aos órfãos e desvalidos por meio do ensino de artes e ofícios. Estas sociedades, mantidas primeiramente por doações de sócios e benfeitores e, mais tarde também por recursos estatais, constituem-se os primeiros liceus de artes e ofícios, sendo o primeiro criado no Rio de Janeiro em 1858 (CUNHA, 2000).

A criação das famosas Escolas de Aprendizes Artífices, pelo então presidente Nilo Peçanha, em 1909, foram influenciadas por um lado, pela necessidade crescente de preparação de mão de obra qualificada para atender ao surto de industrialização pelo qual passava o país e, por outro, como forma de disciplinar os trabalhadores, evitando ou pelo menos minimizando os movimentos grevistas da época. Cunha (2000) nos informa que:

O ensino profissional era entendido pelos industrialistas como um poderoso instrumento para a solução da “questão social”. Mesmo com a intensificação dos conflitos sociais, os industrialistas brasileiros diziam que o Estado deveria cogitar do ensino obrigatório antes mesmo de instituir leis sociais (CUNHA, 2000. P. 94. Grifo do autor).

Desta forma, influenciado por este pensamento ideológico, Nilo Peçanha, enquanto presidente do estado do Rio de Janeiro, institui em 1906 as primeiras Escolas de Aprendizes Artífices naquele estado. Três anos depois, já presidente da República, cria mais 19 escolas, uma em cada estado brasileiro com o objetivo de ofertar ensino prático e técnico aos operários e “desvalidos” que desejassem aprender um ofício (CUNHA, 2000).

Destaca-se o cunho primordialmente assistencialista e ideológico dado à formação profissional, voltada para a ocupação dos órfãos e dos mais pobres, impedindo que estes se dedicassem à “vadiagem” e “mendicância”. Por outro lado, buscava-se também atender às demandas do crescente industrialismo que se estabelecia no país, ainda que a maioria das escolas tenham sido instaladas em locais distantes dos centros onde se estabeleceram as indústrias.

Desde a criação das primeiras escolas de Ofício até as duas primeiras décadas do século XXI, em que ocorreu um significativo processo de expansão da rede de instituições voltadas à educação profissional, houve um grande salto temporal e qualitativo, no qual as políticas educacionais passaram a situar a EP como a porta de saída para o combate ao fracasso escolar.

Neste contexto, a partir dos anos 2000, com promulgação da Lei nº 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, a EP atravessou uma fase de grande crescimento proporcionando maior acesso dos jovens à formação profissional. Apesar de ter se expandido por todo o país e aumentado muito a oferta de vagas em suas unidades, a Rede Federal de Educação Profissional ainda representa uma parcela pequena de alunos matriculados no ensino médio, em comparação às matrículas da Rede estadual.

Na análise de Frigotto (2010), o Brasil tem uma dívida com a educação básica e com a educação profissional ocasionada pela estrutura social formada a partir do modelo neoliberal capitalista. Neste contexto, onde a sociedade é dividida em classes desiguais, imperam os interesses de uma classe burguesa que não necessita da universalização da escola e ainda reproduz sua dualidade restringindo a educação profissional ao simples adestramento, com o objetivo de formar um trabalhador submisso aos ditames do mercado.

Deste modo, o direito social à educação torna-se enfraquecido, na medida em que a simples democratização do acesso à escola não é garantia de educação de qualidade, capaz de promover uma formação integral aos indivíduos. Ao lado da universalização da educação básica, amplamente divulgada pelo governo brasileiro nas últimas décadas, encontra-se um ensino de baixa qualidade, cada vez menos formativo e que não garante plenamente o direito preconizado na legislação brasileira, especialmente nos anos finais da educação básica.

Com relação ao ensino oferecido aos jovens do atual ensino médio, mais especificamente no EMI, concorda-se aqui com o entendimento de que este deve proporcionar uma educação que não se restrinja à formação para o trabalho, mas sim uma educação em seu sentido mais amplo, que integre os múltiplos aspectos da vida humana.

Em concordância com este entendimento, Ciavatta (2012) explicita que o que se pretende é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho, ou seja, é indispensável situar o trabalho como princípio educativo. Segundo a autora, o que se busca em um ensino integrado é uma “formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão” (CIAVATTA, 2012. P. 85).

Da mesma maneira, Saviani (2003) esclarece que toda educação organizada tem como base o conceito e o fato do trabalho, sendo este o elemento que caracteriza a existência humana, visto que o homem se faz enquanto tal por meio do trabalho, na produção contínua de sua existência.

Neste sentido, a escola de ensino médio deve explicitar como o trabalho se desenvolve e como ele está organizado na sociedade moderna, tendo por fundamento o princípio da Politecnia.

Ainda segundo Saviani (2003), a Politecnia se refere ao domínio dos fundamentos científicos das diversas técnicas que caracterizam o processo produtivo, o domínio dos princípios científicos que fundamentam o trabalho. O que se busca é a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, formação geral e profissional, concebendo a educação como um processo inteiro que envolve e integra as diversas dimensões da vida humana sem hierarquizá-las (SAVIANI, 2003).

Observa-se, pois, que a trajetória da política de educação profissional é marcada por concepções educacionais distintas e muitas vezes antagônicas. Assim, os programas e ações implementados por meio da política de EP apresentam, por um lado, um caráter pragmatista, fundamentado no desenvolvimento de habilidades e competências para a empregabilidade, sob influência de grupos de empresários e pessoas ligadas ao mercado financeiro.

Por outro, educadores progressistas, pesquisadores, sindicalistas e membros de movimentos sociais lutam por uma concepção de EP na perspectiva da emancipação humana, fundamentada na concepção de formação humana integral, tendo como base os princípios da politecnia, da omnilateralidade e da escola unitária de Gramsci.

O embate de concepções encontra-se presente nos documentos norteadores da política de EP, que apresentam avanços como a instituição do EMI e a expansão da Rede Federal de EPCT. Ao mesmo tempo, algumas ações trazem retrocessos e entraves à própria política implementada, com a instituição de programas como o Pronatec, que oferta uma formação aligeirada e superficial para a classe trabalhadora sob a justificativa de promover sua inserção rápida nos postos de trabalho.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa aqui apresentada fundamentou-se no método do materialismo histórico dialético, cuja categoria chave utilizada foi a contradição, existente em todos os fenômenos e por este motivo essencial na análise dialética. Nesta perspectiva, a contradição é entendida como a luta dos contrários, ou seja, a tensão existente entre polos contrários e antagônicos, cujo movimento se encaminha para a sua superação e para a criação de novas contradições, constituindo-se assim o movimento da história.

Desta forma, a pesquisa, desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, delineia-se como bibliográfica e empírica. O estudo bibliográfico fundamentou-se em obras de autores que abordam sobre a temática do EMI, educação profissional e demais temas relacionados. Entre os autores estudados encontram-se Ciavatta (2012), Cunha (2000), Frigotto (2010), Manfredi (2002), Moura (2013), Saviani (2003), entre outros.

A pesquisa empírica, por sua vez, foi realizada entre os meses de maio e junho de 2017 e teve como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários semiestruturados aos docentes e estudantes do 4º ano do EMI do IFAP/Campus Macapá. Contendo 16 itens, o

questionário aplicado aos estudantes direcionava-se às quatro turmas do 4º ano do EMI, sendo uma turma de cada um dos cursos de EMI ofertados pelo Campus naquele ano. Desta forma, responderam ao questionário 27 estudantes do curso de Alimentos; 32 de Edificações; 22 de Mineração e 34 de Redes de Computadores; totalizando assim, 115 questionários.

O questionário docente continha basicamente os mesmos itens do que foi aplicado aos estudantes, salvo pequenas adaptações. Este foi construído utilizando-se a ferramenta de formulários do *Google Docs* e enviado para o e-mail institucional dos docentes juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com o qual deveriam concordar ao responder às questões propostas. Foram enviados questionários aos 80 docentes que atuavam no EMI no ano letivo de 2017, destes, apenas 35 concordaram em participar da pesquisa dos quais 20 eram licenciados e 15 não licenciados (bacharéis e tecnólogos).

A identificação dos sujeitos se deu através de códigos contendo letras e números, relacionados ao perfil e quantidade de sujeitos de cada grupo. Assim, os estudantes foram identificados pela letra D (discente), seguida de uma segunda letra, a inicial do nome de seu curso: A – Alimentos; E – Edificações; M – Mineração e R – Redes de Computadores; acrescida de seu número correspondente. Exemplos: DA01 (discente de Alimentos nº 01) e DR32 (discente de Redes nº32). Da mesma forma, os professores foram identificados pelas letras PF acrescidos de números: PF01, PF02 e assim por diante.

Este procedimento facilitou o processo de organização e tabulação dos dados além de preservar a identidade dos sujeitos. Os dados levantados foram organizados em planilhas eletrônicas, tabulados e analisados, sendo seus resultados relatados e discutidos a seguir.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A fim de situar o leitor a respeito dos sujeitos participantes da pesquisa, realiza-se a seguir uma breve caracterização do perfil dos docentes e estudantes do IFAP/*Campus* Macapá. Sobre o gênero e faixa etária dos docentes, dos 35 pesquisados 22 eram do sexo masculino (63%) e 13 do sexo feminino (37%); 17 deles com idades variando entre 30 e 39 anos (49%) e 9 entre 40 a 49 anos (26%).

Com relação ao regime de trabalho na instituição, 29 docentes possuíam 40 horas com dedicação exclusiva (83%), 5 possuíam 40 horas (14%) e apenas 1 possuía 20 horas (3%). Tal fato reproduz a realidade da maioria dos professores da instituição que, mesmo ingressando por concurso público com 40 horas semanais optaram posteriormente pela adesão ao regime de dedicação exclusiva.

No que se refere à formação, 8 (23%) eram especialistas, 26 (74%) eram mestres e apenas 1 (3%) possuía doutorado. Cabe ressaltar que, entre os docentes com mestrado, 9 foram formados pelo convênio realizado entre o IFAP e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que formou duas turmas de mestres em Educação Agrícola. Deste modo, a política de formação adotada pela instituição se reflete de forma positiva na elevação da escolaridade dos docentes.

A respeito da experiência dos docentes no magistério antes de sua entrada no IFAP, 34 (97%) afirmaram ter atuado como professores em outras instituições e apenas 1 (3%) afirmou não possuir nenhuma experiência docente anterior. O tempo de experiência dos docentes é apresentado na Tabela 1:

**Tabela 1: Tempo de experiência docente dos professores antes de seu ingresso no IFAP.**

<b>Período</b>	<b>Licenciados</b>	<b>Não Licenciados</b>	<b>Total</b>	<b>Total %</b>
Nenhuma experiência	0	1	1	3%
Menos de 1 ano	0	1	1	3%
De 1 a 3 anos	3	8	11	31%
De 4 a 6 anos	4	2	6	17%
De 7 a 10 anos	3	2	5	14%
Mais de 10 anos	9	1	10	29%
Não respondeu	1	0	1	3%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria (2017).

Observa-se, portanto, na Tabela 1, que 29% dos docentes pesquisados possuía mais de 10 anos de experiência no magistério antes de ingressar na instituição. Quando se considera o tempo de pelo menos um ano de docência tem-se 91% dos docentes que já atuavam no magistério. Esta atuação se deu no setor privado (23%) e em diferentes combinações entre o setor privado e público, e entre diferentes esferas do setor público. Tal fato demonstra que os docentes possuíam familiaridade com o magistério em diferentes esferas, principalmente no ensino médio e superior, além da pós-graduação. A partir destes dados, pode-se inferir que as discussões sobre os processos de formação humana não eram algo estranho aos docentes.

Pelo fato de o IFAP se tratar de uma instituição nova, com pouco mais de sete anos de funcionamento (considerando-se apenas o período a partir do início das aulas em 2010), os docentes possuíam no máximo 7 anos de atividade na instituição, como demonstra a Tabela 2:

**Tabela 2: Tempo de atuação dos docentes no IFAP.**

<b>Período</b>	<b>Licenciados</b>	<b>Não Licenciados</b>	<b>Total</b>	<b>Total %</b>
Menos de 1 ano	1	0	1	3%
De 1 a 2 anos	3	1	4	11%
De 3 a 4 anos	0	6	6	17%
De 5 a 7 anos	16	8	24	69%
Mais de 7 anos	0	0	0	0%
Não respondeu	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria (2017).

Desta forma, conforme a Tabela 2, 69% dos docentes pesquisados está há mais de 5 anos na instituição e 17% há pelo menos 3 anos. Este fato merece destaque porque o tempo de atuação do docente no IFAP pode ser um elemento importante na construção de sua concepção de

formação humana no EMI, visto que muitos deles nunca haviam atuado antes com esta forma de oferta.

Em relação aos estudantes, estes tinham entre 16 e 20 anos de idade, sendo que a maioria se encontrava entre os 17 (37%) e 18 anos (48%). Dos 115 estudantes, 73 (63%) era do sexo feminino e 42 (37%), masculino. A presença do público feminino é maior em três dos quatro cursos, sendo mais expressiva no curso de Alimentos, com público 96% feminino e 4% masculino, e menor no curso de Edificações, no qual a prevalência é masculina, com 59% contra 41% de presença feminina.

Da população de 115 estudantes pesquisados, apenas 10 (9%) trabalhavam, com carga horária que variava entre 3 a 6 horas diárias. As atividades realizadas eram as de aprendiz/estagiário (2); atendente ou balconista em estabelecimentos comerciais (2); atleta (1); auxiliar técnico ou administrativo (4); um dos estudantes não especificou a atividade realizada. Dos 10 alunos trabalhadores apenas quatro afirmaram possuir carteira assinada e sua renda mensal está entre meio e um salário mínimo (R\$ 937,00).

Assim, após esta breve caracterização, direciona-se este estudo para a compreensão da importância que estes sujeitos atribuem à EP na formação dos estudantes. Neste sentido, perguntou-se aos docentes: “Em sua opinião, qual a importância da educação profissional para a formação dos estudantes? ”. As respostas abertas fornecidas pelos sujeitos foram agrupadas, categorizadas e organizadas na Tabela 3:

**Tabela 3: Importância da educação profissional para a formação dos estudantes do EMI na concepção dos docentes.**

Subcategorias	Licenciados	Não Licenciados	Total	Total %
Formação para inserção no mercado de trabalho	12	10	22	55%
Formação que articule saberes profissionais (técnicos) e humanos (sociais)	3	2	5	13%
Formação para a vida social	4	1	5	13%
Aproximações com a formação humana integral	2	1	3	8%
Preparação para uma futura graduação	2	0	2	5%
Formação para o empreendedorismo	1	0	1	3%
Formação para o desenvolvimento científico e tecnológico do país	1	0	1	3%
Meio de inclusão social	0	1	1	3%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autoria própria (2017).

Observa-se pelas subcategorias constantes na tabela que as respostas dos docentes quanto à importância da EP transitaram por diferentes aspectos: formação humana integral (8%); formação para o mercado (55%); articulação de saberes profissionais e humanos (13%); formação para o empreendedorismo (3%); formação para a vida social (13%); preparação para o ensino superior (5%) e formação para o desenvolvimento científico e tecnológico. Outra importância dada à EP citada pelos docentes é relacioná-la como aspecto de inclusão social (3%).

O fato de que mais da metade dos docentes aponta a formação para o mercado como a principal atribuição da EP confirmam as finalidades da instituição, coerentes com os documentos orientadores da política de EP, reproduzidas pelos documentos da instituição, como se pode observar na análise destes, notadamente do PDI e dos Relatórios de Gestão. Da mesma forma, a pouca importância dada à formação humana integral, citada apenas em 8% das respostas, ratifica a afirmativa aqui realizada de que este não é um conceito amplamente difundido na instituição.

Por fim, com relação à formação técnica de nível médio e a continuidade de estudos em nível superior, a Tabela 3 demonstra que apenas 5% dos docentes citam o acesso ao ensino superior como algo relacionado à importância da EP para a vida dos estudantes, talvez por se considerar a formação para o mercado como a principal função do IF. Esta formação ter sido pouco citada pelos docentes, notadamente apenas por professores licenciados, contrasta com as respostas dos estudantes que atribuem muita importância a ela.

Para os estudantes pesquisados a formação profissional é importante justamente por se constituir numa forma de acesso a estes dois objetivos maiores: inserção no mercado de trabalho e continuidade de estudos. A inserção no mundo do trabalho está entre as principais preocupações de 36% dos estudantes, ao lado do ingresso num curso superior, para 49%. Esta preocupação se justifica por duas formas: por ser o jovem também responsável pelo sustento da família e como uma forma de garantir a própria continuidade de estudos no ensino superior, visto que a família não teria condições de sustentar sua permanência na universidade até sua conclusão.

Desta forma, as respostas dos estudantes sobre esta questão evidenciam que o EMI possui para eles um caráter preponderantemente preparatório, uma via de acesso a algo posterior, como eles próprios esclarecem nos trechos abaixo:

Com o curso técnico, saímos preparados para trabalhar, além de nos preparar muito mais para o ensino superior (DA27).

A importância do curso técnico para minha formação é possibilitar, de alguma forma, a minha entrada no mercado de trabalho. Além disso, ao fazer um curso técnico, você adquire maturidade e postura profissional, facilitando o processo de transição entre o ensino técnico e médio para o superior e profissional (DE20).

Expande os horizontes de conhecimento dos alunos e abre um leque de possibilidades para que o aluno possa ingressar em um curso superior e/ou entrar no mercado de trabalho (DM01).

Me ajudará a entrar no mercado de trabalho rapidamente, para custear a faculdade (DR20).

Os relatos dos estudantes ratificam o anteriormente exposto, evidenciando a concepção de que o EMI se constitui numa fase preparatória, que pode capacitá-los tanto para a continuidade de estudos quanto para a inserção no mercado de trabalho. Desta forma, o EMI é explicitamente compreendido por eles não como uma etapa formativa com um fim em si mesmo, mas como porta de entrada para o futuro, ou seja, o caminho para as realizações que ainda estão por vir.

## 5 CONCLUSÃO

A análise das falas de docentes e estudantes do IFAP/Campus Macapá a respeito da importância da educação profissional para os jovens evidenciou que a EP é entendida pelos sujeitos como um diferencial na formação dos estudantes do EMI. Para os sujeitos pesquisados, esta formação é um diferencial para os jovens, que “saem na frente” dos estudantes do ensino médio regular por possuírem uma formação técnica. Neste sentido, a importância do EMI reside, para eles, no fato deste ser um instrumento preparatório para a inserção no mercado e para o ingresso em cursos de nível superior, o que é ratificado nas falas dos próprios estudantes.

A possibilidade de conseguir um emprego e a continuidade de estudos é, pois, a mola propulsora da permanência dos estudantes no EMI. A continuidade de estudos é valorizada e incentivada por gestores, docentes e membros da equipe pedagógica, desde que, para alguns, os alunos continuem a estudar na área em que se formarem no ensino técnico. Há, portanto, a ideia de que a continuidade de estudos esteja limitada a uma determinada área e a escolha por uma área distinta é vista, por alguns profissionais, como algo prejudicial não só para a instituição, mas também para o próprio estudante, sendo considerada um “desperdício” do investimento realizado.

Nos relatos dos estudantes tem-se uma valorização da formação em nível superior, porém, conseguir um trabalho aparece como sua maior preocupação. Este fato se deve às condições materiais em que vivem esses sujeitos, jovens oriundos principalmente de famílias de uma parcela da classe trabalhadora que não tem condições de custear sua continuidade de estudos e que necessita da renda que estes estudantes poderiam receber para o seu sustento.

A análise das percepções dos sujeitos sobre as categorias abordadas permitiu-nos chegar ao entendimento de que o EMI é encarado como numa espécie de ponte, de caminho intermediário que deve levar os jovens à conquista de objetivos maiores, entendidos como o acesso tanto ao mundo do trabalho quanto ao ensino superior. Esta concepção ratifica a falta de clareza a respeito do papel e da função da etapa final da educação básica na formação dos jovens, mais ainda quando se refere à forma integrada à educação profissional.

Assim, para que o EMI se constitua como caminho para a formação integral, faz-se necessário, em primeiro lugar, que se promova um debate ainda mais profundo nas instâncias elaboradoras das políticas educacionais a fim de se caminhar em direção a um projeto educacional que atenda aos interesses da classe que vive do trabalho. Em segundo, há que se repensar os processos de formação inicial e continuada dos docentes e demais trabalhadores da área educacional, a fim de consolidar práticas profissionais que sigam em direção a uma concepção de formação humana que ultrapasse o caráter utilitarista da formação para o mercado.

A necessidade do aprofundamento dos debates acerca da construção da educação emancipatória no EMI se torna ainda mais presente no momento atual, em que se vivem os primeiros efeitos resultantes da implantação de uma nova reforma do ensino médio, implementada pelo governo sancionada por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, sem a participação das instâncias educacionais ou qualquer discussão com a comunidade educacional.

Assim, faz-se necessário, pois, o endurecimento da luta a favor da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social referenciada. Uma educação que realmente promova o desenvolvimento do indivíduo em seus múltiplos aspectos, contribuindo para que compreenda o contexto em que vive, as relações de poder tramadas na sociedade atual e o lugar que ocupa na sociedade dividida em classes. O que se defende, portanto, é uma educação verdadeiramente emancipatória.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 31 jul. 2019.

ClAVATTA, M. A formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: \_\_\_\_\_; FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. (Org.) **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Industrial - Manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 14, mai/jun/jul/ago, p. 89 – 193, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

DRAGO, Crislaine Cassiano. **Concepções de formação humana nas políticas de educação profissional e sua materialidade no ensino médio integrado do Instituto Federal do Amapá**. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. In: MOLL, J. (e colab.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto alegre: Artmed, 2010.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Dante Henrique. Mudanças na sociedade brasileira dos anos 2000 limitadas pela hegemonia do neoliberalismo: Implicações para o trabalho e para a educação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Produção do conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2013. P. 109 – 140.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade. In: **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198177462003000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462003000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 31 jul. 2019.